

# Ambiente

<b>Assunto</b>	<b>Data</b>	<b>Legislação</b>	<b>Sumário</b>
<b>Ruído</b>	<b>01/08/2007</b>	<b>Decreto-Lei n.º 278/2007</b>	Altera o Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído.
	<b>17/01/2007</b>	<b>Decreto-Lei n.º 9/2007</b>	Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro
<b>Resíduos Geral</b>	<b>17/06/2011</b>	<b>Decreto-Lei n.º 73/2011</b>	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, transpõe a Directiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos
	<b>23/03/2007</b>	<b>Portaria n.º 320/2007</b>	Altera a Portaria n.º 1408/2006, de 18 de Dezembro, que aprovou o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER).
	<b>05/09/2006</b>	<b>Decreto-Lei n.º 178/2006</b>	Aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, e a Directiva n.º 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro. Cria o Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER), estabelecendo o seu funcionamento, bem como a Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER), à qual define as suas competências. Altera o Decreto-Lei n.º 194/2000 de 21 de Agosto, que estabelece medidas de prevenção e controlo do ruído e da produção de resíduos e prevê a sua aplicação no controlo dos perigos associados a acidentes graves, que envolvam substâncias perigosas de poluição marítima e de combate à poluição no mar; o Decreto-Lei n.º 3/2004 de 3 de Janeiro, relativo ao licenciamento da instalação e da exploração dos centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos (CIRVER); e o Decreto-Lei n.º 85/2005 de 28 de Abril, que estabelece o regime legal da incineração e co-incineração de resíduos.
	<b>18/12/2006</b>	<b>Portaria n.º 1408/2006</b>	Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos, publicado em anexo.
	<b>03/03/2004</b>	<b>Portaria n.º 209/2004</b>	Aprova a Lista Europeia de Resíduos.
	<b>16/05/14997</b>	<b>Portaria n.º 335/1997</b>	Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos em território nacional. Determina que quando os resíduos a transportar se encontram abrangidos pelos critérios de classificação de mercadorias perigosas previstos no Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE), aprovado pela Portaria 977/87, de 31 de Dezembro, deve ser observado o cumprimento do referido regulamento. Publica em anexo o modelo das guias de acompanhamento de resíduos e de resíduos hospitalares perigosos.

<b>Resíduos de Construção e Demolição</b>	<b>09/02/2011</b>	<b>Lei n.º 2/2011</b>	Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos
	<b>11/06/2008</b>	<b>Portaria n.º 417/2008</b>	Aprova os modelos de guias de acompanhamento de resíduos para o transporte de resíduos de construção e demolição (RCD).
	<b>12/03/2008</b>	<b>Decreto-Lei n.º 46/2008</b>	Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição.
<b>Resíduos de Embalagens</b>	<b>25/05/2006</b>	<b>Decreto-Lei n.º 92/2006</b>	Altera o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2004/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro, relativa a embalagens e resíduos de embalagens.
	<b>27/07/200</b>	<b>Decreto-Lei n.º 162/2000</b>	Altera o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagem.
	<b>20/12/1997</b>	<b>Decreto-Lei n.º 366-A/97</b>	Estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens.
<b>Resíduos de Equipamentos eléctricos e electrónicos</b>	<b>17/12/2010</b>	<b>Decreto-Lei n.º 132/2010</b>	Altera o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, e transpõe parcialmente a Directiva n.º 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro
	<b>25/10/2005</b>	<b>Decreto-Lei n.º 174/2005</b>	Altera o Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE).
	<b>10/12/2004</b>	<b>Decreto-Lei n.º 230/2004</b>	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE), transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, e a Directiva n.º 2002/96/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003.

## Principal Legislação Segurança

<b>Assunto</b>	<b>Data</b>	<b>Legislação</b>	<b>Sumário</b>
<b>Estaleiros temporários ou móveis</b>	<b>29/10/2003</b>	<b>Decreto-Lei 273/2003</b>	Procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, constante do Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de Julho, mantendo as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho estabelecidas pela Directiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de Junho